

rem apenas a leitura fajuta em (ia) abaixo, (ib) foi julgado como sendo ambíguo. Eu não posso oferecer qualquer explicação para esse fato por enquanto.

- (i) a. Zhangsan shuo e mei shijian, Lisi ye zheyang shuo.
Zhangsan diz não-tem tempo Lisi também assim diz
'Zhangsan disse que [ele] não tinha tempo, o Lisi também disse.'
- b. Zhangsan shuo e yiding yingde xuanju, Lisi ye shi.
Zhangsan diz definitivamente ganha eleição Lisi também é
'Zhangsan disse que [ele] ganharia a eleição, Lisi também disse.'
6. Os exemplos (10b), (11b), (12b) e (13b) aparecem em Rodrigues 2004.
7. Além dos verbos 'avisar' e 'convencer', usados como exemplo, o verbo 'informar' também pode ser considerado como tendo o mesmo comportamento. O fato de que há uma relação entre movimento sintático e a possibilidade de ser o antecedente do sujeito nulo em PB já havia sido notado em Modesto (2000a, b). Rodrigues (2004) tenta atribuir os fatos em (15) à idéia de que o argumento sentencial desses verbos é na verdade um adjunto e não um complemento, o que, obviamente, necessitaria de fortes argumentos para ser comprovado. Veja a seção 5.3 abaixo para discussão.
8. Os julgamentos das sentenças envolvendo relativas apresentados aqui são ligeiramente diferentes daqueles apresentados em Modesto (2000b), onde se falava que o sujeito da matriz também poderia ser um antecedente para o sujeito nulo encaixado. Após alguma investigação, viu-se que apenas o argumento relativizado é um possível antecedente.
9. O finlandês, tendo uma ordem de palavras bem livre, tem mais de uma construção em que o objeto é deslocado para uma posição à esquerda (cf. Holmberg 1988, Halmari 1996). Eu ainda não fui capaz de distinguir qual dessas construções seria paralela à topicalização no inglês ou português e qual mais se assemelha à focalização ou ainda aquelas que envolvem a idéia de contraste. Alguns dos meus informantes afirmam que, para obter uma leitura de topicalização neutra, seria preciso usar algo do tipo "falando de...", o que significaria que o finlandês tem apenas tópicos gerados já na posição deslocada. Para evitar ruídos desnecessários aos dados apresentados, usarei apenas movimento-qu e relativização nos exemplos em finlandês do texto.

SOBRE O PAPEL DO GÊNERO SEMÂNTICO NA ALTERNÂNCIA ENTRE OBJETOS NULOS E PRONOMES PLENOS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO¹

Susana CREUS

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Sergio MENUZZI

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESUMO

Como Duarte (1989) e Cyrino (1994/1997) originalmente mostraram, um dos fatores que parece condicionar fortemente a escolha entre objetos nulos e pronomes plenos em português brasileiro é o traço de animacidade do antecedente. Além deste, Cyrino (1994/1997) sustenta que o traço de especificidade também seria relevante; entretanto, o efeito deste traço é menos claro. Em função disso, este trabalho explora uma hipótese alternativa, segundo a qual os efeitos dos traços de animacidade e especificidade podem ser preditos por uma oposição única: entre antecedentes que possuem e os que não possuem gênero semântico. O artigo apresenta resultados obtidos com um teste de julgamento que confirmam parcialmente esta hipótese.

ABSTRACT

Duarte (1989) and Cyrino (1994/1997) originally showed that animacy of the antecedent is one of the factors controlling the choice between null objects and full pronouns in Brazilian Portuguese. Cyrino adds that specificity is also a controlling factor, though the effects of this feature seem less clear. Because of this, this paper explores an alternative hypothesis, namely, that the effects of animacy and specificity can be deduced from a single opposition: the opposition between antecedents specified for semantic gender and antecedents with no such specification. The paper also presents results of a judgment test that partially confirm this hypothesis.

PALAVRAS-CHAVE

Objetos nulos; pronomes plenos; animacidade; especificidade; gênero semântico; português brasileiro.

KEY-WORDS

Null objects; full pronouns; animacy; specificity; semantic gender; Brazilian Portuguese.

© Revista da ABRALIN, vol. III, n° 1 e 2, p. 149-176, julho e dezembro de 2004.

1. Introdução

Como é bem sabido da literatura sobre a sintaxe do português falado no Brasil [PB] (ver Galves 1987, 1989, Duarte 1989, Farrell 1990, Kato 1993, Cyrino 1993, 1994/1997), o sistema de anáfora desta língua permite duas opções correspondentes a um pronome quando se trata da retomada, na posição de objeto verbal, de um referente de 3a. pessoa: pode-se utilizar um “pronome pleno” [PrPl], isto é, uma das formas retas (*ele, ela*, etc.), como em (1a) abaixo; ou pode-se utilizar um “objeto nulo” [ON], isto é, conservar a posição de objeto vazia, como em (1b):

- (1) a. Sabe a Maria? Eu encontrei *ela* ontem no cinema.
b. Você já ouviu falar do último filme do Almodóvar? Eu fui ver
___ ontem e achei ___ meio chato.

Como Duarte (1989) e Cyrino (1994/1997) originalmente mostraram, um dos fatores que parece condicionar fortemente a escolha entre ONs e PrPls no PB é a especificação do antecedente para o traço de *animacidade*. Podemos ver este efeito ilustrado nos exemplos em (1): em (1a), em que o antecedente do elemento anafórico é *Maria* – cujo referente é [+animado] –, a forma preferencial é um PrPl, *ela*, e a opção por ON de fato tornaria a frase pouco natural; em (1b), por outro lado, o antecedente é [–animado], e a opção nula é, nitidamente, a mais natural.

Além do traço de animacidade, Cyrino (1994/1997) sustenta que o traço de *especificidade* do antecedente também seria relevante. Como veremos na seção 3, entretanto, o efeito deste traço é menos claro. Em função disso, neste trabalho procuramos explorar uma hipótese alternativa, na qual os efeitos claros do traço de animacidade podem ser previstos e, ao mesmo tempo, também certos efeitos do traço de especificidade – possivelmente cobrindo os casos identificados por Cyrino. A hipótese que exploraremos é a de que os efeitos dos traços de animacidade e especificidade mencionados podem ser preditos por

uma oposição única: a oposição entre antecedentes que possuem e os que não possuem *gênero semântico* (isto é, que denotem ou não indivíduos com sexo natural específico).² As correlações que esperamos são as seguintes: se o antecedente não possui gênero semântico, o objeto nulo é usado; se o antecedente possui gênero semântico, o pronome pleno é usado.

Para verificar a existência destas correlações, aplicamos um teste de julgamento a um conjunto de 13 sujeitos, todos falantes nativos do português brasileiro (variante gaúcha). Como veremos, os resultados que obtivemos são favoráveis às correlações que postulamos e, portanto, à idéia de que o gênero semântico tem um papel importante na alternância entre ONs e PrPls; entretanto, eles não podem ser tomados como conclusivos para a hipótese de que este seria o *único* fator determinante da alternância.

2. Gênero gramatical versus gênero semântico

Antes de discutirmos a distribuição de ONs e PrPls em PB, gostaríamos de assentar brevemente as bases de nossa hipótese; em particular, queremos esclarecer o que entendemos por “gênero semântico”, por oposição a “gênero gramatical”.

Conforme Mattoso Câmara Jr. (1964/1999), “gênero gramatical” é uma categoria mórfica de classificação dos nomes (substantivos, adjetivos e outras palavras nominais). Nas línguas indo-européias, os nomes se distribuem em duas ou três classes mórficas *associadas* ao que se pode chamar de “sexo natural” e, por isso, a classificação gramatical faz uso de rótulos correspondentes à classificação de “sexo”: há sistemas indo-europeus com a distinção binária masculino/feminino, e há sistemas com uma distinção ternária neutro/masculino/feminino.

Mattoso Câmara explica que a divisão tripartida é a das antigas línguas clássicas, entre as quais o latim, e seria resultante de uma primeira divisão semântica entre “gênero animado” (“seres ativos”) e “gênero inanimado” (“seres inertes”). Ao último corresponde o cha-

mado gênero gramatical neutro. Quanto ao “gênero animado”, teria sido posteriormente subdividido em feminino e masculino, resultando na distinção gramatical correspondente. A divisão formal tripartida é ainda encontrada nas línguas eslavas e germânicas, enquanto a divisão bipartida compreende as línguas românicas derivadas do latim, entre elas o português.

No português, os nomes que correspondem a uma classe de seres animados que podem ser divididos nos dois sexos naturais costumam fazer flexão de gênero por meio das desinências *-o* e *-a* (cf. *menin-o*, *gat-o*, masculino; *menin-a*, *gat-a*, feminino). Mas há nomes nesta categoria semântica que só têm um gênero gramatical, independentemente do sexo natural de seu referente específico (*cônjuge*, masculino; *testemunha*, feminino; *águia*, feminino). Para fazer as distinções necessárias em português, Mattoso Câmara propõe a seguinte classificação dos nomes de acordo com o gênero nominal (cujo critério de identificação é o artigo que acompanha o nome): (a) nomes de gênero único: *a flor*; *o amor*; (b) nomes de dois gêneros sem flexão: *o/a artista*; *o/a intérprete*; (c) nomes de dois gêneros com flexão: *o mestre/a mestra*; *o menino/a menina*. Como se vê, a classificação de Mattoso Câmara na verdade é uma descrição das relações entre gênero semântico e mórfico. (Ver também Mattoso Câmara 1959/1980, cap. VIII.)

Com base no exposto – e sem pretender entrar em uma descrição mais detalhada da vasta diversidade de formas de masculino e feminino, com suas respectivas desinências e sufixos lexicais que a língua portuguesa apresenta, bem como suas respectivas distinções de significado –, introduzimos as seguintes definições operatórias:

(a) O conceito de “gênero gramatical” refere-se à classificação morfosintática dos substantivos, isto é, aquela que determina suas relações de concordância gramatical. Em português, há duas classes morfosintáticas de substantivos, os de “gênero masculino” e os de “gênero feminino”. Estas classes podem ser marcadas pela desinência mórfica do próprio vocábulo, ou somente se manifestam pelo sistema de concordância (com os artigos definidos, por exemplo: *o menino/carro*; *a*

menina/mesa; *o paciente/problema*; *a paciente/mão*). Note-se que possuem “gênero gramatical” todos os substantivos do português – não apenas os que denotam referentes animados (*menino*, *paciente*, etc.) como também os que denotam referentes inanimados (*mesa*, *problema*, etc.).

(b) O conceito de “gênero semântico” diz respeito à classificação semântica dos substantivos: possuem “gênero semântico” somente aqueles substantivos que denotam indivíduos ou classes de indivíduos animados cujo sexo natural pode ser identificado (ex.: *mulher*, *homem*; *menino*, *menina*; *gato*, *gata*; *boi*, *vaca*, etc.); substantivos que denotam coisas, entidades abstratas, etc. – isto é, referentes inanimados – não possuem “gênero semântico”. Além disso, é importante observar que há substantivos animados cuja denotação inclui referentes de ambos os sexos; nestes casos, não se pode dizer que o substantivo possui necessariamente um “gênero semântico” específico: por exemplo, os substantivos *pessoa*, *gente*, *habitante* possuem gênero gramatical, mas não gênero semântico inerente.

São estas as categorias de análise que fundamentam nossa hipótese de que, no português do Brasil, a categoria de “gênero semântico” do antecedente é que determina a escolha entre ONs e PrPIs. Mais especificamente, a hipótese é a seguinte: se o antecedente não possui gênero semântico identificável, um ON deve ser usado; se o antecedente possui gênero semântico identificável, um PrPI deve ser usado. A título de ilustração, seguem abaixo alguns exemplos de NPs classificados de acordo com os traços de animacidade, especificidade e de gênero semântico:

- | | |
|---|---------------|
| (2) a. <i>Maria, este senhor, esta mulher</i> | [+a, +c, +gs] |
| b. <i>um menino, todo garoto, qualquer mulher</i> | [+a, -c, +gs] |
| c. <i>muita gente, toda pessoa, um profissional</i> | [+a, -c, -gs] |
| d. <i>essa pedra, este carro, o Rio de Janeiro</i> | [-a, +c, -gs] |
| e. <i>qualquer árvore, uma sala, um poema</i> | [-a, -c, -gs] |
- em que: [±a] = [±animacidade];
[±c] = [±especificidade] e
[±gs] = [±gênero semântico]

Como veremos na próxima seção, há um tipo de antecedente cujo papel na discussão sobre a alternância entre ONs e PrPls é crucial: os NPs [+animados, -específicos]. Observe-se, de imediato, que, do ponto de vista da classificação ilustrada em (2), NPs [+animados, -específicos] podem ter ou não gênero semântico identificável, cf. (2b,c). Em particular, podem ser [-gs] apesar de seu gênero gramatical: os NPs em (2c) são [-gs] porque, embora possuam gênero gramatical (*gente* e *pessoa* são femininos, e *profissional* é masculino), *semanticamente* referem-se a grupos de indivíduos que incluem tanto seres do sexo masculino quando do sexo feminino – portanto, não é possível identificar um “gênero semântico” único na denotação destes NPs.³ Este fato será fundamental para nossa discussão.

3. A distribuição de PrPls e de ONs: alguns resultados precedentes

Como mencionamos antes, dois trabalhos importantíssimos na literatura lingüística brasileira, Duarte (1989) e Cyrino (1994/1997), estabeleceram que o traço de animacidade tem um papel fundamental na distribuição de PrPls e ONs em PB.

Duarte (1989), utilizando técnicas de coleta e análise da sociolingüística, procurou levantar as várias possibilidades de realização dos objetos diretos anafóricos (isto é, que retomam outro NP previamente mencionado no discurso) de 3a. pessoa. Para isso, selecionou um corpus constituído da fala espontânea de 50 paulistanos, bem como de fala veiculada pela televisão (novelas e entrevistas). A análise das ocorrências encontradas neste corpus revelou as seguintes variantes na anáfora de 3a. pessoa em PB: (a) os pronomes “clíticos acusativos”, isto é, os pronomes átonos de objeto direto (*o*, *a*, *os*, *as* e seus alomorfes); (b) o que chama de “pronomes lexicais”, que correspondem aos nossos “pronomes plenos”, PrPls – isto é, as “formas retas” *ele*, *ela*, *eles*, *elas*; (c) o que chama de “NPs anafóricos”, que incluem NPs com N lexical (*Dondinha*, *esse apartamento*) e o demonstrativo “neu-

tro” *isso*; e (d) a “categoria vazia objeto”, isto é, o que aqui chamamos de “objetos nulos”, ONs. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados obtidos por Duarte (cf. sua tabela 1, p. 21):

Variante	Ocorrências	%
Clítico	97	4,9
PrPl (Pronomes Plenos)	304	15,4
“NPs anafóricos”	338	17,1
ONs (Objetos Nulos)	1.235	62,6
Total	1.974	100,0

Tabela 1: Distribuição geral das formas de objeto direto anafórico (Duarte 1989)

Os resultados de Duarte já apontam para os dois fatos que constituem a base empírica mais elementar do presente trabalho e que têm sido objeto de ampla discussão na literatura sobre a sintaxe do PB: o fato de que os pronomes acusativos átonos são formas anafóricas em desaparecimento, e o fato de que as alternativas sincrônicas inovadoras são os ONs e os PrPls⁴ (sendo que a possibilidade de usar “NPs anafóricos” na posição de objeto não distingue, obviamente, o PB de outras variedades do português).

Mais importantes, entretanto, para nossos fins neste trabalho são os resultados obtidos por Duarte com relação aos efeitos do traço de animacidade do antecedente na escolha da opção anafórica para objeto (cf. sua tabela 3, p.24):

Antecedentes	Clíticos		PrPls		NPs anafóricos		ONs	
	Ocs.	%	Ocs.	%	Ocs.	%	Ocs.	%
[+animado]	76	78,4	281	92,4	99	29,3	293	23,7
[-animado]	21	21,6	21	7,6	239	70,7	942	76,3
Total	97	100,0	304	100,0	338	100,0	1.235	100,0

Tabela 2: Distribuição das formas de objeto anafórico segundo a animacidade do antecedente (Duarte 1989)

A tabela mostra claramente que todas as opções anafóricas são fortemente condicionadas pela animacidade do antecedente. Há, na verdade, uma bifurcação na classe dos NPs antecedentes: os “pronomes pessoais”, clíticos ou plenos (PrPis), são fortemente favorecidos pela presença de um antecedente [+animado], e as demais opções, “NPs anafóricos” e ONs, são fortemente favorecidos por antecedentes [-animados]. Esta bifurcação nos dados de Duarte atesta, evidentemente, o contraste que queremos aqui discutir: como dissemos antes (cf. exemplos em (1)), PrPis e ONs se opõem com relação ao traço de animacidade do antecedente.

Esse contraste foi confirmado, posteriormente, pela tese de Sônia Cyrino (Cyrino 1994/1997), talvez o principal estudo sobre a queda dos clíticos acusativos no PB. Além de confirmar os resultados de Duarte quanto ao papel da animacidade do antecedente, os resultados de Cyrino mostram que a especificidade do antecedente também é um fator importante para o contraste entre objetos nulos e pronomes lexicalmente preenchidos. A tabela abaixo mostra a ação diacrônica dos dois traços na evolução deste contraste em PB (cf. tabelas 3, p. 172, e 4, p. 174, de Cyrino 1994/1997; “pronomes plenos”, na tabela abaixo, incluem também os clíticos):

Antecedentes	séc. XVI		séc. XVII		séc. XVIII		séc. XIX		séc. XX	
	Ocs	%	Ocs	%	Ocs	%	Ocs	%	Ocs	%
[+a, +e]	01/78	1,3	02/31	6,5	01/21	4,8	01/46	2,2	00/21	0,0
[+a, -e]	01/08	12,5	01/24	4,2	00/01	0,0	00/12	0,0	01/07	57,1
[-a, +e]	03/61	4,9	02/69	2,9	08/99	8,1	37/75	49,3	64/74	86,5
[-a, -e]	02/26	7,7	15/66	22,7	02/32	6,3	01/12	8,3	27/29	93,1

Tabela 3: Distribuição diacrônica de ONs (vs. pronomes preenchidos) segundo a animacidade e a especificidade do antecedente (Cyrino 1994/1997)

Observe-se que, pelos dados do corpus de Cyrino, poder-se-ia caracterizar o processo de incorporação dos ONs em PB em dois pontos principais de mudança diacrônica:

(a) Na passagem do século XVIII ao século XIX, há um aumento extremamente significativo (de 8% para 49%) no uso de ONs (e, portanto, de queda no uso de pronomes lexicais) com antecedentes [-animados, +específicos]; este parece ser o “contexto de entrada” dos ONs em PB, já que com os demais antecedentes não houve mudança significativa neste período;

(b) A passagem do século XIX ao século XX pode ser considerada o ponto de reanálise do sistema como um todo, já que as mudanças afetam praticamente todos os tipos de antecedentes, exceto os [+animados, +específicos]: o uso de ONs progride, com antecedentes [-animados, +específicos], em direção ao uso categórico (de 49% para 86,5%); o uso de ONs se introduz fortemente na classe dos antecedentes [+animados, -específicos] (de 0% para 57%); e, finalmente, a mudança mais significativa, sinal de reanálise radical num curto período de tempo: ONs passam de praticamente inexistentes a praticamente categóricos com antecedentes [-animados, -específicos] (de 8% a 93%).

Para nossos fins no presente artigo, o que importa apontar é que, pelos dados de Cyrino resumidos na tabela 3 acima, o duplo condicionamento da alternância PrPis vs. ONs – isto é, o condicionamento simultâneo pelos traços de animacidade e especificidade – é uma constante desde o começo da reorganização do sistema de anáfora pronominal de objeto em PB. Ele está presente no estágio inicial, isto é, na passagem do século XVIII ao XIX, quando a classe afetada só pode ser caracterizada pela especificação simultânea dos dois traços ([-animados, +específicos]). E também está presente no segundo estágio: embora a passagem do século XIX ao XX se caracterize, em larga medida, por estabelecer a oposição [+animados] vs. [-animados], ainda assim – admitindo que os resultados de Cyrino são significativos⁵ – uma das classes relevantes de antecedentes só pode ser caracterizada pela especificação simultânea dos dois traços (a classe dos antecedentes [+animados, -específicos]).

A nosso ver, essa relação íntima dos dois traços no condicionamento da alternância entre PrPis e ONs sugere que a ação dos dois

traços *não* é autônoma, mas o resultado de generalizações mais básicas, que ainda estão por ser reveladas. Aqui, pretendemos oferecer uma hipótese sobre a generalização que estaria por trás da situação corrente do PB, ou seja, aquela que se apresenta, na tabela 3, na coluna do século XX.⁶ Admitindo que os resultados de Cyrino são significativos (cf. nota 5) e idealizando-os ligeiramente, propomos que, do ponto de vista sincrônico, o sistema de anáfora pronominal de objeto do PB é caracterizado pelo seguinte quadro aproximado:

Antecedentes	Distribuição		Padrão Idealizado
	PrPis	ONs	
[+a, +e]	100%	—	PrPI/*ON
[+a, -e]	57%	43%	PrPI / ON
[-a, +e]	13%	87%	ON/*PrPI
[-a, -e]	7%	93%	ON/*PrPI

Quadro 1: Anáfora de objeto em PB – distribuição sincrônica atual de PrPis e ONs (cf. Cyrino 1994/1997)

De acordo com este quadro, quando considerados os traços de animacidade e especificidade dos antecedentes, o PB corrente apresenta as seguintes generalizações descritivas básicas:⁷ (a) antecedentes animados e específicos ocorrem em regra com pronomes plenos, como ilustrado em (3) abaixo; (b) alguns antecedentes animados e não-específicos ocorrem com pronomes plenos, como em (4a), e outros, com objetos nulos, como em (4b); (c) antecedentes inanimados – sejam específicos, como em (5a), sejam não-específicos, como em (5b) – ocorrem com objetos nulos (os julgamentos dos exemplos abaixo são nossos):

- (3) Sabe a Maria? Eu encontrei {ela/*__} ontem no cinema e achei {ela/??__} um pouco cansada.
- (4) a. Quando eu vou atender uma cliente no balcão, eu cumprimento {ela/??__} primeiro.

- b. Sempre que eu preciso atender alguém no balcão, eu cumprimento {__/*ele} primeiro.
- (5) a. Você já ouviu falar do último filme do Almodóvar? Eu fui ver {__/??ele} ontem e achei {__/??ele} meio chato.
- b. Você conhece algum filme brasileiro que seja bom? Se você conhece algum, me indique {__/??ele}, porque eu nunca vi um que prestasse.

A nosso ver, se o quadro descritivo aproximado apresentado aqui estiver correto em suas linhas gerais, a pergunta crucial a ser respondida é a seguinte: por que somente com antecedentes animados não-específicos é possível encontrar-se tanto PrPis quanto ONs? É a esta questão que procuraremos responder na próxima seção.

4. O papel do gênero semântico na realização das variantes

Explicitemos nosso raciocínio; explicitemos, em particular, a razão pela qual acreditamos que o comportamento dos antecedentes animados não-específicos é o fator capital na elucidação do sistema do PB. Deve estar claro para o leitor que, se não fosse por esta classe de antecedentes, a alternância entre pronomes plenos e objetos nulos em PB contemporâneo poderia ser facilmente explicada pelo traço [\pm animado]: se se põe de lado a classe dos antecedentes [+animados, -específicos] no quadro 1 acima, as generalizações básicas que emergem são: (a) quando o antecedente é [+animado], é retomado por pronome pleno; (b) quando o antecedente é [-animado], é retomado por objeto nulo. O que quebra a simplicidade deste quadro é justamente a classe dos antecedentes [+animados, -específicos], com os quais encontramos tanto pronomes plenos quanto objetos nulos. Por isso, a questão fundamental é: por que esta classe de antecedentes, precisamente, é a única a permitir, aparentemente, ambas as opções anafóricas?

Aproximemo-nos desta pergunta de um outro ângulo, o da relevância dos traços de animacidade e especificidade. É claro que, destes dois traços, o que tem papel central é o de animacidade, já que é ele que configura as generalizações básicas do sistema; o traço de especificidade parece ser relevante, na verdade, apenas para uma classe de antecedentes. Assim, parece-nos que a explicação do sistema de anáfora de objeto em PB – ao menos admitindo o quadro descritivo que apresentamos – precisa identificar no traço de animacidade aquele aspecto essencial que, ao mesmo tempo que traça as generalizações básicas, prevê também a possibilidade de alternativa para os antecedentes animados não-específicos.

A nosso ver, o aspecto fundamental do traço de animacidade é que ele está associado com distinções de gênero semântico.⁸ Mais precisamente, somente expressões nominais que denotam referentes animados podem possuir gênero semântico – isto é, somente elas podem codificar distinções de gênero gramatical que possuem correlato em distinções de sexo natural; expressões nominais cujos referentes são inanimados, obviamente, não podem possuir gênero semântico neste sentido. Assim, a noção de gênero semântico que apresentamos na seção 2 acima nos permite reformular as generalizações básicas do sistema de anáfora de objeto do PB (cf. quadro 1), não mais em termos do traço de animacidade, mas de uma propriedade a ele associada – a presença ou não de gênero semântico:

- (6) *Sistema de anáfora pronominal de objeto em PB:*
- Pronomes plenos (PrPis) são usados quando o antecedente possui gênero semântico (portanto, somente se o antecedente é [+animado]);
 - Objetos nulos (ONs) são usados quando o antecedente não possui gênero semântico (portanto, necessariamente quando o antecedente é [-animado]).

A pergunta que o leitor pode estar fazendo é: em que esta reinterpretação das generalizações básicas do quadro 1 (cf. Tabela 3, Cyrino, 1994/1997) é um avanço em relação à formulação baseada no traço de animacidade? Nossa resposta é composta de duas facetas: uma conceitual, e outra empírica.

Do ponto de vista conceitual, a hipótese que associa os pronomes plenos do PB à presença de gênero semântico, e objetos nulos à ausência de gênero semântico é mais natural que a hipótese análoga baseada na distinção de animacidade: afinal, a diferença básica entre as formas *ele/ela* e os objetos nulos é que as primeiras portam especificações de gênero, enquanto os últimos são justamente não-especificados para gênero (bem como para número, mas nisso os ONs não diferem significativamente dos PrPis, já que os últimos podem ou não portar a flexão de número). Ou seja, a escolha entre ONs e PrPis resultaria, basicamente, de um processo de concordância entre antecedente e forma anafórica: antecedentes com gênero semântico favorecem o uso de PrPis porque estas são as formas anafóricas especificadas para gênero; e antecedentes sem gênero semântico favorecem o uso de ONs precisamente porque ONs não possuem especificação para gênero semântico.

Do ponto de vista empírico, é bem verdade que a formulação em (6) não difere da formulação correspondente baseada no traço de animacidade no que trata dos antecedentes [-animados]; mas difere dela, crucialmente, no que trata dos antecedentes [+animados]. E – o que é mais importante – a diferença tem correlação, precisamente, com o traço de especificidade do antecedente. A observação fundamental aqui, como já mencionamos, é a de que substantivos [+animados] podem cobrir classes de indivíduos de um só sexo, como é o caso de *homem*, *mulher*, *menino*, etc., ou classes que incluem indivíduos dos dois sexos, como *paciente*, *pessoa*, *profissional*, etc. O primeiro grupo de substantivos animados – a que chamamos de “substantivos com gênero semântico inerente” – terão, necessariamente, um gênero semântico determinado independentemente do NP ser específico ou

não: é evidente que tanto o NP específico *o menino* quanto o não-específico *qualquer menino* denotam ambos, necessariamente, indivíduos masculinos.

Mas o mesmo não é verdade para a segunda classe de substantivos acima mencionada: no caso de substantivos como *paciente*, *pessoa*, *profissional*, faz diferença para a determinação do gênero semântico do NP saber se ele é específico ou não. Se o NP denota um referente específico, como em (7a,b) abaixo, o sexo natural do referente é identificável e, portanto, o NP possui “gênero semântico”; por outro lado, se o NP tem uma denotação genérica – não denota um referente específico, como em (7c) –, então não há sexo natural identificável e o NP não possui “gênero semântico” (julgamentos nossos):

- (7) a. *Aquele paciente ali* ‘tá respirando com muita dificuldade... É melhor examinar {*ele/??*__} logo.
b. *Aquela paciente ali* ‘tá respirando com muita dificuldade... É melhor examinar {*ela/??*__} logo.
c. Quando *um paciente* ‘tá respirando com muita dificuldade, é melhor examinar {__/?*ele*} logo.

Assim, a análise proposta em (6) para o sistema de anáfora pronominal do PB tem como corolário as seguintes predições decisivas:

- (8) a. Antecedentes [+animados, -específicos] *com* gênero semântico (por exemplo, *um menino* com interpretação genérica) ocorrerão com PrPIs;
b. Antecedentes [+animados, -específicos] *sem* gênero semântico (por exemplo, *um paciente* com interpretação genérica) ocorrerão com ONs.

No resto do presente artigo, apresentamos e discutimos os resultados que obtivemos com um teste de julgamento que procurou verificar precisamente as predições (8).

5. Método e resultados

Para verificar as duas principais predições da análise que propusemos na seção anterior, fizemos um estudo preliminar de alguns dos inquiridos do Projeto VARSUL (com informantes de Porto Alegre); mas o número de ocorrências de retomadas anafóricas com antecedentes do tipo [+animado, -específico] foram tão insignificantes (4 ocorrências em 4 inquiridos), que decidimos recorrer a um método alternativo para a obtenção dos dados relevantes. Assim, elaboramos um pequeno teste de julgamento de gramaticalidade contendo frases-teste com a retomada anafórica dos tipos de antecedente relevantes. O teste foi aplicado a treze alunos do mestrado em Linguística da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Os alunos eram provenientes de diferentes cidades do Rio Grande do Sul – e não apenas de Porto Alegre – bem como também se distribuíam em diferentes faixas etárias entre os 25 e os 45 anos de idade; portanto, nossa amostra fornece um quadro sociolinguístico relativamente heterogêneo dos juízos de aceitabilidade relativos ao falar adulto gaúcho.

O cabeçalho do teste aparece em (9) abaixo, seguido da primeira frase-teste, o que ilustra o modo como estas foram apresentadas:

(9) Teste de julgamento:

Marque a opção que você considera a mais natural, espontânea e usual na conversação coloquial. Se as duas possibilidades forem igualmente boas, marque ambas:

- a. *Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo ela.* ☐
b. *Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo.* ☐

Como se vê, as instruções do teste foram sucintas – e a própria aplicação do teste foi precedida de explicação muito breve –; além disso, as frases-teste foram apresentadas em “pares mínimos” para comparação e julgamento da boa-formação relativa das variantes. A ausência de maiores cuidados na apresentação das frases-teste se deve ao fato de que os sujeitos eram alunos da segunda disciplina de sintaxe do mestrado da PUCRS e

estavam, portanto, habituados à tarefa metalingüística de fornecer julgamentos para paradigmas de frases. Além disso, eles não estavam cientes da hipótese sendo testada; fez-se apenas uma breve exposição das variantes sob teste (sem menção de exemplos). As frases-teste submetidas são as listadas em (10) abaixo (cf. ordem de apresentação no teste):

(10) Frases-teste:

- a) Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo {__/ela}.
- b) Sabe que ontem Maria encontrou um menino chorando e consolou {__/ele}.
- c) Toda vez que o Márcio percebe que sua filha teima, ele repreende {__/ela}.
- d) Olha aqui: se eu me deparasse com uma menina bem bonita, eu beijava {__/ela}.
- e) Quando aquele rapaz loiro passou por aqui, a minha prima cumprimentou {__/ele}.
- f) Se eu encontrar um profissional capaz de fazer isso, eu contrato {__/ele} na hora.
- g) Quando viu alguns turistas que estavam jogando lixo nas ruas, o policial xingou {__/eles}.

No quadro abaixo, agrupamos as frases-teste de acordo com a classe de seus antecedentes (exceto pela frase (g), que deixamos em separado em função de possuir propriedades que a distinguem de (a) e (f), cf. discussão abaixo):

Frases-Teste	Antecedentes	Classe
(a) e (f)	<i>alguma pessoa cega, um profissional</i>	[+a, -e, -gs]
(b) e (d)	<i>um menino, uma menina</i>	[+a, -e, +gs]
(c) e (e)	<i>sua filha, aquele rapaz</i>	[+a, +e, +gs]
(g)	<i>alguns turistas</i>	[+a, -e, -gs]

Quadro 2: Distribuição das frases-teste por categorias de antecedente

Finalmente, na tabela 4 abaixo apresentamos os resultados que obtivemos:

Classe do Antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[+a, -e, -gs]	24/37 (64.9%)	13/37 (35.1%)
[+a, -e, +gs]	09/31 (29.0%)	22/31 (71.0%)
[+a, +e, +gs]	08/31 (25.8%)	23/31 (74.2%)
ant. da frase (g)	09/16 (56.3%)	07/16 (43.7%)

Tabela 4: Ocorrências de ONs e PrPIs segundo o tipo do antecedente

6. Discussão dos resultados

A primeira observação a fazer com relação aos resultados reportados na tabela 4 acima é a de que confirmam a preferência dos antecedentes [+animados, +específicos] por PrPIs observada por Cyrino: esta opção compõe cerca de 75% das respostas às frases-teste com estes antecedentes, o que indica uma forte tendência. Por outro lado, é preciso também acrescentar que este resultado é significativamente inferior ao obtido por Cyrino em seu estudo de *corpus* (ver quadro 1 e tabela 3 acima), indicando que nosso teste, por alguma razão, não obteve a mesma polarização encontrada por ele.⁹

Em segundo lugar, a tabela 4 apresenta um resultado crucial para a hipótese de que o gênero semântico é um fator decisivo na alternância entre ONs e PrPIs: com antecedentes [+animados, -específicos] e *com* gênero semântico – isto é, os antecedentes [+a, -e, +gs] –, a opção por PrPIs atingiu 71%, que é quase o triplo das respostas em que a opção foi um ON (25.8%). Isso confirma, ao menos parcialmente, a hipótese de que PrPIs são usados quando o antecedente é [+gs] (cf. (6a) acima).

É claro que o resultado de 71% sugere uma forte preferência, mas não uma condição categórica – daí por que devemos conceder que é confirmação apenas parcial de nossa hipótese: deste resultado, não podemos concluir que a presença de gênero semântico é o fator único

a determinar a opção por PrPis. Por outro lado, é preciso lembrar que também com os antecedentes [+animados, +específicos] não houve a polarização esperada com base em resultados precedentes, o que sugere que o problema pode estar associado ao método que escolhemos para obter os dados.

A favor desta última interpretação dos resultados está o fato de que os padrões de resposta encontrados para antecedentes [+animados, -específicos, +gs] e para antecedentes [+animados, +específicos, +gs] são praticamente idênticos, ambos os tipos de antecedentes preferindo PrPis em torno de 70% das respostas. Isso sugere que formam uma classe natural de antecedentes com relação à alternância entre ONs e PrPis. A predição que se pode fazer, com base neste resultado, é a de que, em um conjunto de dados em que a preferência dos antecedentes [+a, +e, +gs] pelos PrPis fique mais polarizada – como no *corpus* de Cyrino (1994/1997) –, os antecedentes [+a, -e, +gs] apresentarão o mesmo comportamento.

Mas, ainda em relação ao fato de que os padrões de respostas com antecedentes [+a, -e, +gs] e [+a, +e, +gs] são praticamente idênticos, há uma outra observação a ser feita, mais importante para nossos fins aqui: a nosso ver, o fato de que estes antecedentes formam uma classe natural de antecedentes com relação à alternância entre PrPis e ONs, quando conjugado com o padrão encontrado para os antecedentes [+a, -e, -gs], mostra claramente que os efeitos dos traços de animacidade e especificidade são secundários em relação ao efeito do traço de gênero semântico. Para ver isso, considere agora os resultados para os antecedentes [+a, -e, -gs].

Em termos gerais, o que a tabela 4 revela com relação a estes antecedentes é que apresentam forte preferência pelos ONs como opção anafórica: ONs compõem cerca de 65% das respostas, o que é praticamente o dobro das respostas em que a opção foi um PrPI (35%). Também este resultado está em consonância parcial com nossas expectativas, já que esperávamos que antecedentes sem gênero semântico tomassem ONs como opção anafórica (cf. (6b) acima). E, nova-

mente, somos obrigados a conceder que se trata de uma confirmação apenas parcial de nossas hipóteses, já que com estes antecedentes também não houve a polarização que seria de se esperar se a ausência de gênero semântico fosse o único fator determinante para a escolha de ONs.

Por outro lado, como dissemos, quando comparado com os resultados obtidos para os demais tipos de antecedentes, o padrão encontrado com os antecedentes [+a, -e, -gs] fornece forte evidência para o aspecto central de nossas hipóteses: a idéia de que os efeitos dos traços de animacidade e especificidade são secundários em relação ao efeito do traço de gênero semântico. Só assim se pode compreender o fato de que os antecedentes [+a, -e, +gs] e [+a, +e, +gs] formam uma classe natural com relação à alternância ONs/PrPis, e que o padrão que apresentam (70% de PrPis e 30% de ONs) é o reverso quase que preciso do padrão apresentado pelos antecedentes [+a, -e, -gs] (65% de ONs e 35% de PrPis). Afinal:

a) se o traço [+animado] fosse o fator condicionador mais importante, esperaríamos que os três tipos de antecedentes se comportassem como uma classe natural, contrariamente aos fatos;

b) se a distinção [±específico] fosse o fator condicionador mais importante, esperaríamos que os antecedentes [+a, -e, +gs] e [+a, -e, -gs] formassem uma classe natural por oposição aos antecedentes [+a, +e, +gs], o que novamente contraria os fatos;

c) finalmente, se a distinção [±gs] é o fator condicionador mais importante, o que obtemos é precisamente a divisão entre as classes de antecedentes que encontramos nos fatos: antecedentes [+a, -e, +gs] e [+a, +e, +gs] formam uma classe natural, favorecendo fortemente PrPis e desfavorecendo fortemente ONs; esta classe se opõe a dos antecedentes [+a, -e, -gs], que favorecem fortemente ONs e desfavorecem fortemente PrPis.

Em resumo: pode-se concluir, com base nos resultados da tabela 4 até aqui discutidos, que há forte evidência de que a presença ou ausência de gênero semântico é um fator fundamental no condicio-

namento da alternância entre PrPis e ONs; e, mais, que os efeitos desta distinção se sobrepõem aos efeitos dos traços de animacidade e especificidade, que possivelmente derivam deles.

Lembramos, entretanto, que os mesmos resultados parecem não sustentar a hipótese de que as distinções de gênero semântico seriam o *único* fator a determinar a alternância entre PrPis e ONs; afinal, os resultados não mostram a polarização necessária para caracterizar uma condição próxima do categórico. Por outro lado, também apontamos indícios de que a ausência de polarização nos resultados tenha a ver com nosso teste de julgamento – questão que não poderemos, evidentemente, desenvolver aqui.

Finalmente, encerramos esta discussão com uma breve nota acerca dos resultados obtidos para a frase-teste em (10g), também inoperados em nossa análise. Uma vez que o NP *alguns turistas* é do tipo [+a, -c, -gs], esperaríamos que mostrasse uma forte preferência por ONs como opção anafórica, como os demais antecedentes deste tipo testados. De fato, *alguns turistas* mostra uma certa preferência por ONs; mas ela não é tão significativa: a diferença percentual entre ONs e PrPis é de cerca de 10%. Assim, concluímos que há algum outro aspecto da frase (10g) perturbando os resultados. Uma diferença, por exemplo, entre (10g) e as demais frases com antecedentes do mesmo tipo é a de que só em (10g) o antecedente é plural; outra é que só em (10g) o antecedente é acompanhado por oração relativa.¹⁰ Este é um outro problema que não poderemos discutir aqui.

7. Síntese e prospecto

Neste artigo, procuramos explorar uma explicação alternativa para as principais generalizações observadas na literatura com relação à alternância entre ONs e PrPis na anáfora de 3a. pessoa em posição de objeto em PB. Como vimos, estas generalizações tendem a ser descritas em termos dos traços de animacidade e especificidade dos antecedentes. Argumentamos, entretanto, que uma análise baseada

nos traços de animacidade e especificidade não oferece a melhor explicação destes fatos; em particular, não explica por que a distinção de especificidade é relevante apenas para os antecedentes [+animados], nem por que, do ponto de vista diacrônico, o efeito condicionador de ambos os traços aparece sempre conjugado.

A hipótese que procuramos defender é a de que o fator fundamental a condicionar a alternância entre ONs e PrPis é a especificação do antecedente para gênero semântico; os efeitos desta especificação resultariam, basicamente, de um processo de concordância entre antecedente e forma anafórica: antecedentes com gênero semântico devem favorecer fortemente o uso de PrPis porque estas são as formas anafóricas especificadas para gênero; e antecedentes sem gênero semântico devem favorecer fortemente o uso de ONs precisamente porque ONs não possuem especificação para gênero semântico.

Como vimos, este modo de formular o sistema de opções anafóricas de 3a. pessoa em PB nos fornece, de imediato, uma explicação unificada para a distinção triádica entre antecedentes [-animados], [+animados, +específicos] e [+animados, -específicos]. A distinção entre [-animados] e [+animados] é traçada pelo fato de que somente NPs animados podem ser especificados para gênero semântico ([+gs]). E a divisão na classe dos antecedentes [+animados] não é traçada por um traço adicional [\pm específico], mas simplesmente pelo fato independente de que os NPs [+animados] incluem tanto NPs *com* gênero semântico ([+gs]) quanto NPs *sem* gênero semântico ([-gs]).

A predição feita por esta análise é a de que, na classe dos antecedentes [+animados], a oposição relevante não é entre NPs [+animados, +específicos] versus [+animados, -específicos], mas entre [+animados, +gs] versus [+animados, -gs]. A contribuição empírica do presente artigo foi, justamente, tentar verificar esta predição por meio de um teste de julgamento. E, como vimos, os resultados que obtivemos confirmam, em larga medida, esta predição. Assim, uma primeira conclusão que, acreditamos, pode ser tirada do presente estudo é a

de que o gênero semântico dos antecedentes é, sem dúvida, um dos fatores cruciais na alternância entre ONs e PrPIs.

Embora nossos resultados forneçam boa evidência para nossas hipóteses, indicando que estas estão no caminho correto e que merecem ser investigadas mais profundamente, ainda assim encontramos alguns problemas nos resultados – possivelmente, devido à situação artificial criada por nosso teste. Assim, a segunda conclusão imediata que gostaríamos de indicar aqui é que se torna extremamente importante investigá-las com novas fontes de evidência – incluindo, sem dúvida, o estudo alentado de um corpus representativo do PB, na linha de estudos como o de Cyrino (1994/1997) e de Schwenter & Silva (2003).

Finalmente, não podemos encerrar este artigo sem antes indicar, brevemente que seja, as principais áreas de pesquisa para as quais acreditamos que nossas hipóteses e resultados podem trazer consequências importantes.

A primeira delas é a que diz respeito aos estudos que se dedicam a determinar a natureza dos ONs em PB – e que correspondem, como já dissemos, a larga parcela da literatura sobre o assunto. Se estamos certos em presumir que a distinção entre ONs e PrPIs é essencialmente uma oposição entre formas anafóricas de 3a. pessoa especificadas ou não para gênero – isto é, para um traço-*o* –, parece-nos que a solução mais simples seria admitir que ONs são algum tipo de elemento pronominal. Afinal de contas, temos aqui basicamente a mesma distinção que encontramos, por exemplo, entre sujeitos pronominais e sujeitos nulos de 3a. pessoa em português, ou entre as formas *seu* e *dele/dela* no sistema de formas possessivas. A idéia de que os ONs são elementos pronominais é compatível com várias das análises disponíveis na literatura; aliás, possivelmente é uma variante da proposta recente de Kato (2003) de que os ONs em PB são “pronomes fracos” não especificados para o traço [\pm humano]. Por outro lado, sabemos que esta linha de análise ainda enfrenta problemas.¹¹

A segunda área de pesquisa para a qual acreditamos que as idéias que apresentamos aqui são relevantes é a do estudo da organização sincrônica geral do sistema pronominal do PB, e para sua evolução a partir de estágios anteriores da língua. Como dissemos no parágrafo anterior, a linha de análise que sugerimos coloca a distinção entre ONs e PrPIs como um entre outros casos em que as distinções entre formas pronominais se limita, essencialmente, à especificação de gênero das formas alternantes. Se isso é verdade, por analogia poderíamos esperar que a escolha entre estas formas alternantes – entre sujeitos nulos e pronomes plenos na posição de sujeito, ou entre *seu* e *dele/dela*, por exemplo – fosse fortemente condicionada pelo fato de o antecedente ter ou não gênero semântico identificável. Ou seja, poderíamos estender para todo o sistema pronominal do PB nossa hipótese de que o gênero semântico é o fator crucial na alternância de formas pronominais.

Evidentemente, não estamos em condição de explorar esta possibilidade aqui, mas gostaríamos de apontar sua plausibilidade inicial. Note-se, em primeiro lugar, que como as 1as. e as 2as. pessoas do discurso são sempre animadas e específicas (cf. também observaram Schwenter & Silva 2003), seus referentes possuem sempre gênero semântico identificável. Se o que acontece com o sistema de 3a. pessoa se estende para as 1as. e 2as. pessoas do discurso – isto é, anáfora para antecedentes com gênero semântico identificável exige formas plenas –, o que predizemos é que as formas anafóricas de 1as. e 2as. pessoas serão, em regra, PrPIs e não elementos pronominais vazios.

Como se sabe, isso se confirma para a anáfora de objetos e outros complementos: ONs não podem retomar antecedentes de 1a. ou 2a. pessoas. Mais interessante é que esta linha de análise poderia explicar um dos resultados mais surpreendentes do clássico artigo de Maria Eugênia Duarte sobre os sujeitos nulos em PB (Duarte 1993): a descoberta de que, ao menos em seu corpus, as 1as. e 2as. pessoas (do singular e do plural, conjuntamente) tendem a ter preenchimento quase categórico, sendo que a alternância entre nulos e pronomes plenos apare-

ce de modo significativo apenas nas 3as. pessoas. Evidentemente, este padrão repete, ao menos em linhas gerais, o padrão que encontramos na anáfora de objeto; nada mais natural que se procure unificá-los. Se confirmada, sem dúvida esta unificação teria repercussões profundas para o modo como a gramática do PB é concebida correntemente. Mas estas são questões que pretendemos explorar apenas no futuro.

Referências

- BIANCHI, V. & FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1994) On some properties of Agreement-Object in Italian and in Brazilian Portuguese. In M. Mazzola, ed., *Issues and theory in Romance languages XXIII*. Washington DC, Georgetown University Press.
- CYRINO, S. M. (1994) *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas. (Publicada em 1997 pela Ed. da Universidade Estadual de Londrina, Londrina PR.)
- CYRINO, S. M. (1993) Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In I. Roberts & M. A. Kato, orgs., *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, 163-184. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- DUARTE, M. E. (1989) Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In F. Tarallo, org., *Fotografia Sociolinguística*, 19-34. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP.
- DUARTE, M. E. (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In I. Roberts & M. Kato, orgs., *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, 107-128. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- FARRELL, P. (1990) Null objects in Brazilian Portuguese. *The Linguistic Review* 8, 325-346.
- GALVES, C. (1987) A sintaxe do português brasileiro. *Ensaios de Linguística* 13, 31-50.

- GALVES, C. (1989) O objeto nulo em português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 17, 65-90.
- KATO, M. A. (1993) The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. W. Ashby et al., eds., *Linguistic perspectives in Romance languages: selected papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages*, 225-235. Amsterdam: John Benjamins.
- KATO, M. A. (2003) Null objects, null resumptives, and VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In J. Quer et al., eds., *Romance languages and linguistic theory*, 131-154. Amsterdam: John Benjamins.
- MATTOSO CAMARA Jr., J. (1999) *Dicionário de lingüística e gramática*. 20a. edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes. (2a. edição: *Dicionário de Filologia e Gramática*, 1964.)
- MATTOSO CAMARA Jr., J. (1980) *Princípios de lingüística geral*. 5a. edição. Rio de Janeiro: Livraria Editora Ltda. (3a. edição, rev. e aum.: 1959.)
- MENUZZI, S. (1994) On the role of \bar{o} -features: empty categories, binding and the pronominal system in Brazilian Portuguese. Proposta de tese, HIL/Universidade de Leiden, Leiden (Holanda). (Disponível em http://www.geocities.com/smenuzzi/nao_publicado.html)
- RAPOSO, Eduardo (1986) On the Null Object in European Portuguese. In O. Jaeggli & C. Silva, eds., *Studies in Romance linguistics*. Dordrecht: Foris.
- SCHWENTER, S. A. & SILVA, G. (2002) Overt vs. null direct objects in spoken Brazilian Portuguese: a semantic/pragmatic account. *Hispania* 85, 577-586.
- SCHWENTER, Scott A. & SILVA, G. (2003) Anaphoric direct objects in spoken Brazilian Portuguese: semantics and pragmatics. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* 2, 109-133.

Notas

- 1 O presente artigo é uma versão substancialmente revisada do trabalho que apresentamos primeiramente ao VI Encontro do CELSUL, na UFSC, Florianópolis, em

outubro de 2004, e depois ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL, Maceió, em junho de 2005. Agradecemos às audiências – e, especialmente, a Ruth Lopes e João Costa – pelas contribuições oferecidas naquelas oportunidades. Os equívocos remanescentes são, é claro, de nossa inteira responsabilidade.

2 As idéias que estão por trás desta hipótese já aparecem, em estado embrionário, em Menuzzi (1994).

3 Note-se, ainda, que nomes como *pessoa* ou *profissional* podem aparecer em NPs “referenciais”, isto é, que denotam indivíduos específicos, como em:

- (i) Aquela pessoa ali não apresentou convite? Deixo {ela/??_} entrar?
- (ii) O profissional que te ajudou fez um bom serviço, né? O que que você acha d’eu chamar {ele/??_} pra me ajudar, também?

Nestes casos, é claro, teríamos de dizer que o NP possui “gênero semântico identificável” e, segundo a hipótese levantada no presente trabalho, deveria ser retomado por um PrPI, e não por um ON – o que parece ser o caso, ao menos para nossos juízos, cf. (i) e (ii). Mas estes casos não foram incluídos em nosso teste e, por isso, não os discutiremos mais aqui.

4 A larga preferência por ONs revelada no corpus de Duarte poderia sugerir que o uso de PrPIs é, em algum sentido, marginal, o que nos parece contrário ao sentimento comum do falante brasileiro de que é uma forma completamente integrada à fala espontânea. Como a própria Duarte aponta detalhadamente em seu artigo, a preferência por ONs em seu corpus está fortemente influenciada por pressões normativas.

5 Como Ruth Lopes bem apontou durante a apresentação deste trabalho ao VI Encontro do CELSUL, o número de ocorrências obtido por Sônia Cyrino para a classe dos antecedentes [+animados, -específicos] é bastante pequeno – apenas 10 ocorrências. Aqui e no resto deste artigo, estaremos presumindo que os resultados de Cyrino são significativos, embora estejamos cientes de que isso pode vir a se revelar incorreto num estudo com uma amostra mais representativa. A favor de nossa posição, ver a nota 7 abaixo.

6 No caso do período representado pelo século XIX, a própria discussão de Cyrino (1994, págs. 176 e ss.) fornece uma hipótese a ser explorada: a de que o fator crucial, neste período, era a oposição “anáfora nominal” versus “anáfora predicativo-sentencial”.

7 A generalizações apresentadas a seguir são, basicamente, as mesmas adotadas por Cyrino (1994/1997), bem como por trabalhos mais recentes, como os de Schwenter & Silva (2002, 2003). Entretanto, as análises destes trabalhos diferem bastante da que proporemos na próxima seção: ver, especialmente, nota 8 abaixo.

8 Como dissemos na nota 6, as generalizações descritivas básicas de que pretendemos

dar conta aqui são as mesmas reconhecidas por outros trabalhos sobre o assunto; mas há diferenças de análise.

Por exemplo, Schwenter & Silva (2002, 2003) propõem que o uso de PrPIs estaria associado ao dos “pronomes egofóricos”, isto é, das pessoas – primeira e segunda – relacionadas ao ato de fala: estes pronomes são obrigatórios na posição de objeto. Como as pessoas “egofóricas” são, necessariamente, [+animadas, +específicas], o sistema poderia ter se estendido à anáfora de terceira pessoa com referentes [+animados, +específicos]; para os demais referentes de terceira pessoa, a opção anafórica normal seriam os ONs. Quanto à possibilidade do uso de PrPIs para referentes [+animados, -específicos], Schwenter & Silva sustentam que estaria associada à eventual baixa acessibilidade do referente (ver Schwenter & Silva 2003 para referências) – e não à ausência de gênero semântico, como proporemos abaixo.

Nossa análise também difere das principais análises gerativistas apresentadas na literatura, especialmente em um aspecto particular: aqui não procuraremos explorar a natureza específica dos ONs, questão a que se dirigem trabalhos como, por exemplo, os de Cyrino (1994/1997) e Kato (2003). Cyrino sustenta que os ONs são o resultado de um processo de “reconstrução em FL”, enquanto que Kato argumenta que são pronomes anafóricos “fracos”, parcialmente correspondentes ao *it* inglês. Não pretendemos discutir detalhadamente aqui qual proposta seria mais compatível com nossa análise, nem pretendemos comparar a análise de Schwenter & Silva com ela; esperamos dedicar um trabalho futuro a estas questões. Ver, entretanto, a seção 6 para observações quanto à linha teórica que nos parece mais promissora.

9 Cabe aqui um breve comentário acerca dos resultados obtidos por Schwenter & Silva (2003) com dados coletados em 12 entrevistas do projeto PEUL, da UFRJ. Neste corpus, Schwenter & Silva constataram que, com antecedentes [+a, +e], 71.6% das ocorrências são com PrPIs, e 28.4% com ONs. Estes resultados são bastante semelhantes aos apresentados na tabela 4, o que poderia sugerir que este é o padrão mais representativo do PB em geral, e não o obtido por Cyrino. Entretanto, há razões para acreditar que houve superestimação do número de ocorrências de ONs na análise de Schwenter & Silva: especificamente, estes autores informam que os casos mais comuns de ocorrência de ONs com antecedentes [+a, +e] envolveram ou construções que parecem claramente ser casos de eclipse de VP, ou casos de topicalização/deslocamento-à-esquerda do antecedente. Como é bem sabido, estes casos têm comportamento diferente do caso típico de ONs (ver Raposo 1986, Cyrino 1994/1997 e Kato 2003) e, por isso, não foram incluídos por Cyrino em seu levantamento. Possivelmente, se Schwenter & Silva os tivessem excluído também, seus resultados teriam sido mais semelhantes aos de Cyrino.

10 O que pode contribuir, em alguma medida, para a especificidade do antecedente,

como bem nos apontou João Costa durante a apresentação deste trabalho ao PPGLI./UFAL. Note-se, entretanto, que esta possibilidade pouco ajudaria nossas hipóteses, segundo as quais gênero semântico, e não especificidade, é o fator primordial.

- 11 A nosso ver, o principal deles reside no fato de que a hipótese de que os ONs são pronominais prediz que devem ser regidos pelo Princípio B, e não pelo Princípio C, da Teoria da Ligação. Ainda que os proponentes da hipótese sustentem que esta predição se confirma (cf. Bianchi & Figueiredo Silva 1994, Kato 2003), gostaríamos de declarar aqui que ainda não estamos convencidos disso. Para alguma discussão das razões que temos para esta posição, ver Menuzzi (1994).

SYNTACTIC ERGATIVITY AND ARGUMENT HIERARCHY IN KADIWÉU*

Filomena SANDALO
UNICAMP

RESUMO

Este artigo analisa dados do Kadiwéu e, com base na ordem dos constituintes e posição do advérbio, mostra que, assumindo-se a proposta de Jelinek e Carnie (2003), é possível identificar claras evidências de ergatividade sintática no Kadiwéu. Os dados deste artigo derivam de Sandalo (1995, 1997), de notas de campo (1993-1999) e de pesquisa de campo mais específica sobre esse tema.

ABSTRACT

This paper analyzes data of Kadiwéu and shows, via constituent order and adverb placement, that, assuming Jelinek & Carnie's proposal, it is possible to appreciate clear evidence for syntactic ergativity in Kadiwéu. The data for this paper come from Sandalo (1995, 1997), from field notes (1993-1999), and from more specific field research in this topic.

PALAVRAS-CHAVE

Ergatividade, Estrutura Argumental, Kadiwéu.

KEYWORDS

Ergativity, Argument Hierarchy, Kadiwéu